



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0287171-0 – PESQUEIRA/PE

AGRAVANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO: Wilson Sales Belchior (OAB/PE 1259-A)

AGRAVADO: MARIA DO CARMO SILVA DAS MONTANHAS

ADVOGADO: João Bosco Luis Bezerra (OAB/PE 8653)

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

DATA DO JULGAMENTO: DE DE 2013

EMENTA—RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO TERMINATIVA.

1. Na hipótese, é clara a aplicabilidade da legislação consumerista, justificando a inversão do *onus probandi* pelo magistrado de primeiro grau, quando da prolação da sentença. A empresa apelante, em momento algum processual, acostou aos autos documentos que comprovassem que a apelada efetuou contrato de empréstimo com a mesma.

2. Presentes, portanto, a conduta ilícita, consubstanciada na falta de cuidado objetivo do banco demandado, o dano causado ao recorrido, ante aos descontos indevidos em sua aposentadoria, bem assim o nexo de causalidade entre a primeira e o segundo, no que se impõe, indiscutivelmente, a condenação a título de danos morais.

3. Com relação à reparação por danos materiais, qual seja a restituição do valor dos descontos efetuados nos proventos do apelado, cuido que a mesma há de ser mantida face à atitude ilícita do banco apelante ao efetuar descontos consignados em aposentadoria do apelado, visto que o recorrente não comprovou documentalmente que os referidos empréstimos foram efetivamente realizados pelo recorrido.

4. Foi negado provimento ao apelo interposto pelo apelante, com fundamento no Art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, mantendo-se a sentença de 1º grau em todos os seus termos.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

5. Desta feita, foi negado provimento ao presente recurso de agravo, mantendo, na íntegra, a decisão terminativa proferida na presente apelação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo na Apelação nº 0287171-0, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, na conformidade do voto do Relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 20 de 09 de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0287171-0 – PESQUEIRA/PE

AGRAVANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
ADVOGADO: Wilson Sales Belchior (OAB/PE 1259-A)
AGRAVADO: MARIA DO CARMO SILVA DAS MONTANHAS
ADVOGADO: João Bosco Luiz Bezerra (OAB/PE 8653)
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO


Trata-se de recurso de agravo, interposto por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A., em face da decisão terminativa de lavra deste Relator, proferida nos autos da presente apelação, através da qual lhe foi negado provimento, com fundamento no Art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, ante a sua manifesta improcedência.

Alega o agravante, em síntese apertada, que descabe indenização por dano moral no caso em apreço bem como o valor estipulado a título de indenização fere o princípio da proporcionalidade.

Requer, por fim, seja exercido o juízo de retratação por esta relatoria, caso contrário, requer que o presente agravo seja posto em mesa para julgamento.

É o relatório. Independente o feito de pauta, apresento-o em mesa, nos termos do Art. 557, §1º do CPC.

Recife, 27 de 09 de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0287171-0 – PESQUEIRA/PE

AGRAVANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

ADVOGADO: Wilson Sales Belchior (OAB/PE 1259-A)

AGRAVADO: MARIA DO CARMO SILVA DAS MONTANHAS

ADVOGADO: João Bosco Luiz Bezerra (OAB/PE 8653)

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DES. RELATOR

A matéria controvertida cinge-se na indenização por dano moral do agravado, em virtude de seu nome ter sido negativado indevidamente pro motivo de fraude.

Dessarte, não encontro razão para modificar o entendimento esboçado na decisão récorrida, que, oportunamente, transcrevo a seguir:

[...]Compulsando os autos, observo que a autora/apelada afirma nunca ter realizado contrato com a empresa recorrente, razão pela qual teria se surpreendido com os descontos efetuados em folha de pagamento de sua aposentadoria.

Na hipótese, é clara a aplicabilidade da legislação consumerista, justificando a inversão do *onus probandi* pelo magistrado de primeiro grau, quando da prolação da sentença (fl. 45). A empresa apelante, em momento algum processual, acostou aos autos documentos que comprovassem que a apelada efetuou contrato de empréstimo com a mesma.

Desta feita, não pode prosperar a alegação do Banco Bradesco Financiamento S/A de inexistência de dano moral, sob o argumento de que o empréstimo ora discutido se deu mediante ação fraudulenta, não podendo ser afastado seu dever de indenizar, posto que não comprovou que os referidos contratos haviam, de fato, sido efetuados.

Ora, diante da teoria do risco da atividade, é inegável que a empresa apelante agiu com culpa (negligência) por não ter tomado as cautelas necessárias nas transações por ela perpetradas, omitindo-se de se certificar acerca da verdadeira identidade do contratante-falsário e, pior, deixando de conferir os documentos que lhe foram apresentados no ato da contratação. Nesse sentido, vejamos o julgado abaixo:



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL PURO. FRAUDE PRATICADA POR TERCEIRO. EMPRESA QUE NÃO ADOTOU AS CAUTELAS NECESSÁRIAS PARA EVITAR A CONTRATAÇÃO INDEVIDA. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO, EIS QUE ADEQUADO AOS PARÂMETROS HABITUALMENTE FIXADOS, PELAS TURMAS RECURSAIS. - Indícios de fraude. Empresa requerida que não se desincumbiu do ônus que lhe competia de comprovar que o débito motivador da inscrição foi efetivamente contraído pela parte autora. - Ainda que a empresa requerida tenha supostamente tomado as cautelas necessárias no momento da contratação, a fim de certificar-se sobre quem estava contratando e a documentação pessoal respectiva, fato é que tal não foi suficiente, pois contratação não autorizada foi celebrada em nome da autora. Risco de fraude oferecido pelo negócio e assumido pela ré ao disponibilizar tal serviço. Portanto, os prejuízos decorrentes devem ser por ela suportados. - A responsabilidade recai sobre a instituição responsável pela inscrição, mesmo na hipótese de fraude de terceiro, porque o abalo de crédito foi causado diretamente por ela, não pelo terceiro, contra quem assiste à demandada direito de regresso. - [...] (TJRS. Recurso Cível Nº 71003169679, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Heleno Tregnago Saraiva, Julgado em 15/09/2011, sem grifos no original).

Outrossim, é também o entendimento da jurisprudência pátria, que descontos indevidos advindos de contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento, dão ensejo à indenização por danos morais:

APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO. DESCONTO INDEVIDO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DANO MORAL CONFIGURADO. O desconto indevido sobre benefício previdenciário, sem autorização do titular, gera dano moral indenizável em virtude da conduta negligente da instituição financeira, sobretudo porque o ato praticado atingiu direito personalíssimo do autor (verba alimentar), ultrapassando o limite do mero aborrecimento, a teor do disposto no art. 5º, V e X, CF. A responsabilidade civil do demandado é objetiva. Exegese dos arts. 14 e 17, CDC. Aplicação da teoria do risco da atividade, devendo o fornecedor responder pelos danos que causar a terceiros, independentemente de culpa, não podendo



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

repassar ao consumidor os danos dela decorrentes. Ausência de excludentes de responsabilidade civil. Presença, in casu, de nexo causal entre a conduta da parte demandada e o prejuízo sofrido pelo autor. [...] (Apelação Cível Nº 70039532163, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ivan Balson Araújo, Julgado em 15/12/2011).

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. CABIMENTO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. INEXISTÊNCIA. DESCONTOS INDEVIDOS DA CONTA CORRENTE. VALOR FIXADO. MINORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Como a formalização do suposto contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento não foi demonstrada, a realização de descontos mensais indevidos, sob o pretexto de que essas quantias seriam referentes às parcelas do valor emprestado, dá ensejo à condenação por dano moral. 2. Esta Corte Superior somente deve intervir para diminuir o valor arbitrado a título de danos morais quando se evidenciar manifesto excesso do quantum, o que não ocorre na espécie. Precedentes. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1238935/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/04/2011, DJe 28/04/2011). [...]

Presentes, portanto, a conduta ilícita, consubstanciada na falta de cuidado objetivo do banco demandado, o dano causado ao recorrido, ante aos descontos indevidos em sua aposentadoria, bem assim o nexo de causalidade entre a primeira e o segundo, no que se impõe, indiscutivelmente, a condenação a título de danos morais.

É cediço que a reparação do dano moral há de ser arbitrada em consonância com as circunstâncias de cada caso e tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido, evitando-se, porém, que se converta em fonte de enriquecimento ou se torne inexpressiva.

Assim, verifico merece ser mantido o *quantum* indenizatório no patamar de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), uma vez que se adequa ao princípio da proporcionalidade e razoabilidade.

Com relação à reparação por danos materiais, qual seja a restituição do valor dos descontos efetuados nos proventos do apelado, cuido que a mesma há de ser mantida face à atitude ilícita



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio


do banco apelante ao efetuar descontos consignados em aposentadoria do apelado, visto que o recorrente não comprovou documentalmente que os referidos empréstimos foram efetivamente realizados pelo recorrido.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo interposto pelo apelante, com fundamento no Art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, vez que este se mostra manifestamente improcedente. [...].

Ademais, percebe-se, sem qualquer esforço, o enfrentamento dos pontos controvertidos da demanda por meio de **decisão refletida e balizada em entendimento legal e jurisprudencial**, longe de ser fruto de atitude precipitada e arbitrária, tampouco com desrespeito ao substrato probatório colacionado pelas partes, razão por que inexistente fundamento fático-jurídico capaz de modificar o *decisum* agravado.

Ante todo o exposto, com lastro no Art. 557, *caput*, do CPC, **NEGO PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo e, por corolário lógico, **mantendo a decisão agravada**.

Recife, 25 de 09 de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator